



Praça da Unidade Africana,
Alameda do Príncipe Real, 41-A,
bairro Miramar, Sambizanga, Luanda
Telefones: (244-2) 430 299/ 430 300/ 092 40 10 23, E - mail: ajpd@netangola.com

DENÚNCIA

A Associação Justiça, Paz e Democracia (AJPD) serve-se da presente para denunciar os factos que se seguem constatados nas cadeias, na Procuradoria-geral da República (PGR) e nos tribunais:

1.º O Estado, a Procuradoria – Geral da República (PGR) e os tribunais são neste momento um atentado a segurança liberdade dos cidadãos: a violação sistemática da Lei Constitucional e das leis ordinárias no que concerne a prisão em regime preventivo e mora na efectivação de julgamentos são praticas correntes da PGR e dos tribunais! Depois de três anos de denúncias feitas pela AJPD as instituições responsáveis pela efectivação da Justiça em Angola, reconhecem que têm sido incapazes de responder a demanda;

2. Os serviços prisionais organicamente são tutelados pelo Ministério do Interior, portanto o executivo, e tem responsabilidade de criar as condições de habitabilidade de assistência medico – medicamentosa e de ajudar os presos a exercerem os seus direitos: É uma flagrante violação do direito a vida, as condições em que vivem os presos e detidos na comarca (armazém) da Lunda – Norte, tendo num período de 2 meses morrido 11 pessoas por causas aparentemente desconhecidas, posteriormente são embrulhados em cobertores e enterrados sem o conhecimento dos seus familiares ou das entidades competentes;

3. O Ministério do Interior, o executivo, tem parte da responsabilidade pelo estado caótico da justiça em Angola, pelo facto de ter o dever de dotar todos os órgãos que fazem parte dos sistema das condições que permitam que esses mesmos órgãos respeitem as leis. Não é aceitável que o próprio Estado seja o primeiro a violar as leis que quer fazer respeitar. É preciso pormos fim ao império da arbitrariedade;